

REINTERPRETAÇÃO DO COTIDIANO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA NO CONTEXTO FAMILIAR

Aline Domício
Conceição Nogueira
Juliana Fernandes
Lielton Maia
Patrícia Capiotto
Paulo Roberto de Castro

RESUMO

O trabalho é resultado de um estudo científico em equipe realizado com objetivo de apontar as inter-relações existentes na violência de gênero sob a perspectiva das mulheres vítimas de violência física no contexto familiar. O estudo foi realizado com a participação das mulheres de uma comunidade chamada Pedras Brancas, município de Banabuiu, a partir da atuação do NEPUC/FCRS. A investigação-ação participativa dos grupos comunitários, assim como a leitura dos prontuários das famílias atendidas pelo Centro de Referência Especializada da Assistência Social, nos levou à estruturação de um questionário para verificação das múltiplas faces da violência de gênero sob o ponto de vista das mulheres. Em relação ao material e métodos empregados na pesquisa, privilegamos a abordagem qualitativa ao realizarmos entrevistas com 20 mulheres. Estas foram analisadas sob a perspectiva dos estudos comparativos, a partir da divisão das respostas em dois grupos: o primeiro, voltado para a agressão direta e, o segundo, vinculado à violência contra os filhos. O referencial teórico está relacionado aos métodos e ferramentas da psicologia marxista que considera o indivíduo como um produto das condições materiais pelas quais produz sua vida. Esta perspectiva remete a historicidade das mulheres do estudo que constroem a ciência a partir do olhar cotidiano. Com isso temos comprovado que a violência de gênero em Banabuiu perpassa marcadores intergeracionais que no caso das mulheres necessitam elas mesmas romper com o círculo vicioso da violência doméstica.

Palavras-chave: Violência; Violência de Gênero; Vitimização.

RESUMEN

Este trabajo resulta de un estudio científico en equipo que se llevó a cabo para comprender las interrelaciones de La violencia de género desde La perspectiva de las mujeres víctimas de violencia física dentro de La familia. El estudio fue desarrollado con la participación de las mujeres de una comunidad llamada Pedras Brancas, en la ciudad de Banabuiu, a través de una equipa de estudiantes del NEPUC/FCRS. La investigación-acción participativa de los grupos comunitarios, así como la lectura de los archivos de las familias atendidas por lo Centro de Referencia de Asistencia Social Especializada posibilitó la estructuración de uno cuestionario para verificación de las fases de la violencia de género desde el punto de vista de la mujer. En cuanto al material y los métodos utilizados en la investigación, estuvimos a favor del enfoque cualitativo en psicología social para llevar a cabo entrevistas con 20 mujeres. Estas fueron organizadas con la perspectiva de los estudios de comparación entre las mujeres divididas en dos grupos: en lo primero están las que sufren agresión directa y en el segundo las que tienen hijos o hijas que sufren violencia. El marco teórico del la investigación está relacionado con los métodos y herramientas de la psicología marxista que considera al individuo como un producto de las condiciones materiales por las cuales produce su vida. Esta perspectiva remite a la historicidad de las mujeres del estudio que construyen la ciencia

a partir de la mirada cotidiana. Con eso, hemos comprobado que la violencia de género en Banabuiú ocurre en los marcadores de intergeneración que en lo caso de las mujeres necesitan ellas mismas romper el círculo vicioso de la violencia domestica.

Palabras llave: Violencia; Violencia de Género; Vitimização.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado de um estudo científico realizado com objetivo de apontar as inter-relações existentes na violência de gênero sob a perspectiva das mulheres vítimas de violência física no contexto familiar. O estudo foi realizado no primeiro semestre do ano de 2007, com a participação das mulheres da zona rural do município de Banabuiu, a partir da atuação do Núcleo de Extensão e Pesquisa em psicologia comunitária, da Faculdade Católica Rainha do Sertão, em parceria com a equipe do Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) estruturado localmente.

A partir da atuação multiprofissional do CREAS, o trabalho da psicologia voltou-se para a atuação na comunidade de Pedras Brancas, zona rural do município, com a perspectiva de realizar apoio psicológico às crianças e jovens vítimas de violência intrafamiliar. Para isto, realizamos o estudo da atividade comunitária para compreender como se dá o modo de vida dos moradores da comunidade, assim como contextualizar as situações de violência.

Durante o estudo, foi evidenciado que as situações de agressão ocorriam envolvendo todos os membros da família e ao elaborarmos as estratégias de atuação em campo refletimos sobre a idéia de trabalharmos com as mulheres/mães das crianças vítimas de violência para que, assim, as mesmas pudessem proteger seus filhos/filhas.

Entretanto, ao termos um contato mais próximo com as mesmas, tomamos consciência de que elas também eram vítimas de agressão, física e/ou psicológica, e se sentiam frágeis na proteção aos filhos/filhas. Daí termos redefinido nossas estratégias para atuação no contexto familiar, objetivando proporcionar às mulheres a reinterpretação do seu cotidiano com vistas à mudança no círculo vicioso da violência doméstica.

Diante disso, iniciaremos o relato da nossa experiência expondo as principais diretrizes da política da assistência social no âmbito do combate à violência e exploração dos direitos humanos, com ênfase na questão da mulher e das crianças e adolescentes vítimas de violência sob a ótica feminista, proporcionando uma análise das relações sociais de gênero, através do modo como as mulheres reinterpretem seu cotidiano.

Depois, demonstraremos a visão científica do conceito de gênero e sua interface com as múltiplas formas de violência contra a mulher, esclarecendo a definição do eixo metodológico utilizado para a obtenção, tratamento e apresentação dos dados coletados. Por fim, refletimos criticamente como as informações provenientes deste estudo são úteis para a formulação de estratégias de redução da violência no âmbito comunitário.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

No Brasil, a política da assistência social age a partir das diretrizes aprovadas pela norma operacional básica (NOB), instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) o principal vetor que estabelece níveis de gestão e cofinanciamento das ações sociais nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A lógica da prestação de serviços divide-se nos níveis da atenção básica e na atenção especial, sendo o primeiro nível voltado à prevenção de situações de risco pessoal e social, e o segundo a proteção social voltada para famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade e risco com ocorrência de vitimizações e/ou agressões.

Segundo o Guia de Orientação nº 01 do Ministério de Desenvolvimento Social (2007, p. 04), a proteção social especial deve ser realizada pelo Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), que presta acolhimento e atenção sócio-assistenciais às famílias e aos indivíduos para possibilitar a reconstrução de vínculos sociais e maiores graus de autonomia, defendendo a dignidade e os direitos humanos básicos.

O CREAS caracteriza-se como uma unidade pública estadual com atuação municipal para a prestação de serviços continuados e especializados a indivíduos e famílias que possuem seus direitos violados, além de realizar a articulação com os serviços de proteção básica e especial estruturados localmente.

Isto se realiza a partir da formação de uma equipe multiprofissional composta por, no mínimo, 01 assistente social, 01 psicólogo social e 01 mobilizador social (nível médio) que realizam as seguintes ações: visitas domiciliares, atendimento psicossocial individual e/ou em grupos, referenciamento e encaminhamento de situações de violação de direitos, vitimizações e agressões aos demais serviços e instituições, acolhida e escuta individual voltada para a identificação de necessidades dos indivíduos ou famílias, produção de materiais educativos, cursos de capacitação, atendimento sócio-familiar e monitoramento do trabalho infantil e das diversas formas de negligência, abuso e exploração MDS (2007).

Nestes termos, o profissional psicólogo em parceria com os extensionistas do NEPUC iniciou uma atuação na zona rural, tendo a comunidade de Pedras Brancas como projeto piloto, com ênfase na abordagem à mulher objetivando a modificação das situações de violência intrafamiliar e apoio às crianças e adolescentes vítimas de agressão.

A atuação possui o objetivo principal de fortalecer a compreensão das mães das crianças e adolescentes em situações de violência familiar para a redução das situações de agressão no contexto social e comunitário. Para isto, seus objetivos específicos são:

- Identificar situações de violência intrafamiliar a partir do contato e articulação com a rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes localmente estruturadas;
- Estruturar grupos de orientação e apoio psicológico para mães das crianças e adolescentes em situação de violência no contexto familiar;
- Acompanhar crianças e adolescentes em situação de risco e violência intrafamiliar em parceria com as mães participantes dos grupos e seus familiares.

Quanto às atividades realizadas, temos: visitas domiciliares, entrevistas individuais para cadastramento das situações de violência, apoio psicológico individual, grupos de orientação e apoio psicológico, registro em prontuários dos casos acompanhados do ponto de vista terapêutico, realização de palestras sobre as situações de violência nas escolas, descrição do contexto psicossocial das famílias e realização de encontros de orientação e apoio psicológico.

As estratégias de atuação referem-se ao estabelecimento de parcerias com instituições e lideranças locais para a identificação dos casos e realização do cadastramento e das visitas domiciliares, através da realização de entrevistas individuais, descrição e análise do contexto psicossocial para pertinência dos temas trabalhados nos grupos, fortalecimento do contato com as mães para um melhor acompanhamento dos seus filhos e filhas, contribuindo assim para a redução das situações de agressão e violência.

Nestes termos, nosso estudo científico demonstra o resultado de uma pesquisa com estas mães, diante da perspectiva de reinterpretação do cotidiano da violência no contexto familiar. Enfatizamos a importância da compreensão do modo como às mesmas significam seu dia-a-dia para sabermos delinear estratégias facilitadoras do olhar crítico sobre a situação de violência com objetivo maior de finalização das formas de agressão na família.

Para isto, fundamentamos teoricamente a pesquisa a partir da inter-relação da violência nas relações de gênero, sob a ótica feminista, utilizando as categorias da psicologia social de base marxista para análise dos dados coletados.

Diante disto, acreditamos que conhecer o conceito de gênero nos ajuda a perceber que, de fato, não existe nenhum aspecto determinista que implique na ideia de que os indivíduos nascem homens ou mulheres, pelo contrário, vão se formando a partir das relações sociais, ao lado de valores, opiniões e crenças que, desde o contexto familiar, moldam as suas atitudes e comportamentos expressos na vida cotidiana. É, então, uma maneira singular de organização do mundo, uma chave que serve, dentre outras coisas, para comparações entre realidades diferentes ou similares, mas não é a única.

Para a autora Gebara (2000, p. 47), gênero “condiciona ainda um modo de ser educado/a e um modo de ser percebido/a que condiciona o ser e o agir de cada um diferente do simples fato de ser homem ou mulher”. Assim, falamos de uma diferença entre marcadores geracionais, ou seja, uma diferença que se institui não somente entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres, entre homens e homens; quer dizer, uma diferença de multiplicidades baseada na aquisição e desempenho de papéis sociais.

Daí, principalmente como meio de avaliar a diferença entre os sexos, falamos na análise de gênero não apenas como um instrumento de construção simbólica da realidade, mas um meio de denunciar o uso de poderes e de ideologias na demonstração dessas diferenças.

Na realidade, o que se percebe na atualidade é ainda o olhar masculino como normativo para avaliar todas as dimensões da humanidade e do humano, numa clara visão androcêntrica que, embora inclua nos seus discursos a lógica do assexualismo da atividade científica, se é que tudo isso é possível, reforça a similaridade absurda entre a identidade natural ou biológica e a identidade de gênero.

Nos argumentos de Sarti (2004, p. 41), encontramos a ideia de que no Brasil a contestação deste panorama encontra no desenvolvimento do movimento feminista ares de resposta às questões colocadas pela análise das relações de gênero. Sobretudo, no momento em que focaliza a relação entre o autoritarismo político das ditaduras na América Latina e a forma adquirida pelo movimento no país, inclusive a abordagem aos impasses estruturais.

Nestes termos, o feminismo questionou na década de 70 “as relações de poder no mundo naturalizado das relações entre homens e mulheres e questionou o papel da mulher em todos os âmbitos da sociedade” (SARTI, 2004, p. 41), estando à mulher brasileira na luta armada pelo fim da ditadura, articulando de modo objetivo o conceito de gênero com a estrutura de classes, e questionando criticamente instituições como o casamento e a virgindade.

Em meio a conquistas e inúmeros impasses, concordamos com Alves e Pitanguy (2003, p. 70), quando dizem que:

(...) talvez a força maior, mais importante e menos aparente do movimento feminista esteja na semente de questionamento e de reivindicação que surge na consciência das mulheres que, vivendo anonimamente no seu cotidiano, vêm tentando transformá-lo e recriar a sua relação com o mundo, com os companheiros, com os filhos, consigo mesmas.

Outras conquistas podem ser vistas na correlação entre temas antes neutros em face da noção de gênero, como é o caso da compreensão da corporeidade humana como fenômeno social e cultural, também motivo simbólico da formação da identidade, já que antes de

tudo a existência é corporal. Implicando que o estudo científico ora apresentado concatena a ideia de que o fenômeno da violência é um processo modulável socialmente, passando pela questão corporal, a partir da noção de gênero.

Sendo assim, a violência é uma ação cotidiana expressa em maior ou menor grau nas atividades psíquicas que, por sua vez, “inclina-se mais diretamente ao corpo estabelecendo lógicas sociais e culturais que nele se propagam” (LE BRETON, 2006, p. 98). Não importa qual seja a característica da vida em sociedade, o corpo é o *locus* onde o homem e as mulheres se tornam verdadeiramente humanos e ao redor do significativo corpo se compõem na verdade uma série de atos culturais que devem diferir do significado biológico imerso nas ações cotidianas.

Contudo, não podemos pensar que as qualidades morais e/ou físicas do homem ou da mulher estão só ligadas aos atributos corporais, o feminismo percebe e age criticamente diante de certas desigualdades marcantes que fazem da mulher um ser subordinado ao homem ou ao poder masculino como se fosse algo sócio-historicamente dado e jamais modificado. Daí vem o estigma de posse das mulheres que ao permitirem a agressão ou não impedirem que seus filhos sejam vitimados no ambiente familiar, contribuem para a perpetuação da mesma lógica patriarcal que na verdade as oprime.

Percebe-se, desse modo, a importância do tema família na perspectiva de gênero que, segundo Amaral (2001, p. 28), não pode se furtar de incluir análises sobre a condição da mulher e as relações incutidas no trabalho doméstico e na vida do dia-a-dia. É justamente este enfoque que prepara as bases do nosso estudo científico e traz revelações importantes sobre a reinterpretção do cotidiano das mulheres vítimas de violência física no contexto familiar. Estas, ao sofrerem a violência, reproduzem-na na relação com seus filhos, ou são omissas diante da agressão dos pais/padrastos, muitas vezes de modo mais intenso.

Há, sobretudo, um significado sociológico de co-dependência que indica o modo como cada pessoa depende de certa “alteridade” no contato com o outro para sentir autoconfiança, ou seja, a ligação viciada do ponto de vista afetivo faz com que o sentido existencial de um dependa quase exclusivamente da satisfação das necessidades do outro. Para Giddens (1993, p. 121), tal circunstância ocorre na expressão da ideia de que existem “pais tóxicos” que, com ou sem intenção, abdicaram das suas responsabilidades para com seus filhos/filhas.

Esta questão nos permite compreender de forma clara que existem interconexões entre o cotidiano das mulheres vítimas de violência e o significado que as mesmas atribuem às suas experiências no âmbito da esfera privada, tornando, com isto, a intimidade da família uma revelação de emoções e ações impróprias

que estão na realidade voltadas para a insegurança na constituição das relações de gênero.

A co-dependência nestes termos afeta diretamente a vida das crianças e jovens devido ao “estabelecimento de uma relação desigual no primeiro momento de desenvolvimento da sua identidade” (DALKA & VECINA, 2002, p. 31). Não havendo meios de distanciamento destas circunstâncias viciadas, a família claramente falha no seu papel de protetora da prole e transmissora dos valores socioculturais do grupo no qual se encontra inserida.

Nesses casos, estabelecemos um olhar sobre as questões relacionadas à violência contra crianças e adolescentes, do ponto de vista do desequilíbrio na relação entre os pais que, não raro, encontra-se também no desenvolvimento da sexualidade. Muitas vezes, os filhos e filhas são envolvidos no cenário da violência, estando a serviço, por assim dizer, das patologias do vínculo parental, o que torna grave a situação de vitimização, posto que seja fundamental a posição e mudanças de atitudes do adulto na família para que a violência tenha fim.

O trabalho da equipe de profissionais do CREAS é de fato fortalecer a visão crítica de que as situações de vulnerabilidade e violação dos direitos são fenômenos que adquirem uma complexidade histórica, mas são gerados e/ou ampliados no seio da família. Disto resulta que cada família atendida passa pela definição de *planos de trabalho*, contendo as “estratégias de atendimento às crianças e adolescentes, suas famílias, seus membros e indivíduos, os pactos de responsabilidades, os compromissos assumidos, os recursos a serem mobilizados para responder às necessidades e para desenvolver potencialidades e capacidades” (MDS, 2007, p. 13).

Para o alcance destes objetivos, observa-se o contexto familiar, tendo a mulher um papel central como indivíduo que passa a maior parte do tempo com os filhos e filhas, assim como a observância do modo como a violência é estabelecida no ambiente doméstico com extensões à comunidade. Com base nesta perspectiva, construímos um instrumento para coleta de dados com objetivo principal de captar o modo como às mulheres vítimas de violência interpretam seu cotidiano.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A ideia de realização deste estudo teve origem no final do ano 2006, quando a equipe de psicologia social do CREAS intensificou suas ações nas comunidades que até então possuíam maiores índices de violência familiar, especialmente a agressão física e/ou a psíquica. Pensava-se na estruturação de grupos de apoio psicológico sob o enfoque feminista que articulasse as mães das crianças e adolescentes vitimadas, assim como ações para redução da violência no contexto comunitário.

Foram realizados diversos contatos com as equipes da saúde e da educação responsáveis pelas áreas

delimitadas, especialmente creches, escolas de ensino fundamental e postos de saúde dos distritos rurais, com objetivo das mesmas serem parceiras de uma atuação contra a violência mais próxima do local de moradia das famílias.

Assim, iniciamos um projeto piloto na comunidade de Pedras Brancas, estabelecida na zona rural do município de Banabuiu (Ceará), cuja estratégia era a implantação de um modelo de intervenção comunitária que privilegiasse o debate sobre a violência do ponto de vista das mulheres vítimas de violência com contexto intrafamiliar, bem como a formação de uma rede de atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência, edificada na própria comunidade.

Iniciamos com a realização do processo de diagnóstico-ação nos termos definidos por Góis (1991, p. 43), que demonstrou as características físicas, sociais, econômicas e culturais do lugar, assim como a definição dos problemas e necessidades que foram discutidos pela equipe de psicologia na presença de lideranças locais e dos demais profissionais do CREAS. Em seguida, iniciamos uma abordagem direta nas crianças e nos jovens cadastrados no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), vinculado à Secretaria de Ação Social, como estratégia para não discriminação e identificação direta dos casos de violência.

Paralelamente a isto, convidamos as mães para participarem de uma conversa com a nossa equipe sobre “tipos de violência na família”, com o objetivo de ouvir sugestões para a realização de ações contínuas na comunidade. Desse modo, fomos dando continuidade aos encontros, ao mesmo tempo em que iniciamos abordagens individuais nas mães, já conhecendo o fato de que as mesmas sofriam algum tipo de violência de forma direta ou indireta.

Foto 1 – Atividades com grupo de mulheres



Fonte: CREAS Banabuiu.

O contato com as crianças e jovens teve continuidade ao lado da realização de visitas domiciliares às famílias e novos contatos com a escola, creche e posto de saúde local. Porém, todos esses contatos nos levaram à formulação de hipóteses sobre a atuação em campo, ou seja: como as mulheres interpretam o cotidiano no eixo da violência doméstica? É possível uma mudança de atitudes destas mulheres a partir de uma reinterpretação

das situações de violência? Se possível, seria este o caminho para a proteção às crianças e jovens no ambiente familiar?

Foto 2 – Reunião do Conselho de Saúde



Fonte: CREAS Banabuiu.

Ao mesmo tempo da realização destas ações, elaboramos um instrumento para coleta de dados que nos possibilitou a realização de 20 entrevistas dirigidas, que segundo Richardson (1999, p. 210), permite ao entrevistador/a “dirigir o processo evitando qualquer desvio do entrevistado/a, a partir de perguntas precisas, pré-formuladas e com uma ordem estabelecida”, tendo sido, no caso da nossa pesquisa, extremamente útil para a coleta dos dados.

Dessa maneira, realizamos o convite às mulheres cadastradas no grupo de informação e apoio psicológico da comunidade para participação em uma entrevista no posto de saúde onde a equipe de estudantes de psicologia do NEPUC/FCRS explicou os objetivos do estudo e os termos sigilosos, solicitando a colaboração para resposta às perguntas. Realizadas estas ações, fomos para a fase da tabulação dos dados, que foi realizada com auxílio dos recursos de informática disponíveis no programa Excel.

Demonstramos a seguir os principais resultados, incluindo a exploração e articulação dos dados com a fundamentação teórica proposta, a partir da revisão bibliográfica e objetivo do trabalho de pesquisa. Com isto, é necessária a caracterização da amostra e contextualização da mesma que contribuirá para a articulação prático-teórica necessária aos estudos científicos deste porte.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como já dissemos, foram realizadas 20 entrevistas no posto de saúde da comunidade de Pedras Brancas, sendo 100% das entrevistadas do sexo feminino. Da amostra, 35% *nasceram* na cidade de Quixadá, 35% em Banabuiu e 10% na capital Fortaleza, sendo 20% do total de mulheres nascidas em outros municípios do Estado do Ceará.

Tivemos 20% das mulheres com a *idade compreendida* na faixa etária de 15 a 25 anos, 30% com 25 a 35 anos, 45% estão entre os 35 a 45 anos e 5% possuem idade superior aos 45 anos. A *escolaridade*

varia percentualmente em 20% analfabetas, 30% alfabetizadas, ou seja, sabem ler e escrever, 25% estudou até o ensino fundamental e somente 25% completaram as séries do ensino médio.

A principal *ocupação* das mulheres atingiu um percentual de 80% como donas de casa, seguido de um percentual de 10% para atividades na agricultura e 10% envolvendo outras atividades, tais como lavagem de roupas, cuidados com crianças de outras famílias, serviços gerais e venda de cosméticos. Estes dados assemelham-se à pesquisa realizada por Amaral (2001, p. 92), demonstrando, ainda, a desvalorização do trabalho doméstico.

Sobre o *estado civil*, verificamos que 40% das mulheres estão atualmente casadas, 20% são solteiras, 25% afirmaram que possui união estável com seus companheiros e somente 5% encontram-se separadas dos seus companheiros ou pai dos seus filhos. Neste sentido, também verificamos dados semelhantes na pesquisa empreendida pelo UNICEF (2002), que aponta as relações estáveis com grande significância entre as famílias vítimas de violência.

Das mulheres entrevistadas, 5% afirmaram que não *possuem filhos* e 95% responderam que possuem. Destes, 38,3% são do sexo masculino com idades variando em 74,4% na faixa etária de zero a doze anos, 20% doze a dezoito e 5,6% com dezoito anos em diante. Do percentual de 61,7% do sexo feminino, as mulheres informaram que 65,5% estão na faixa etária entre zero e doze anos, 27,6% doze a dezoito e somente 6,9% possuem dezoito anos em diante.

Esta caracterização resultou na compreensão do modo como as mulheres reinterpretem seus cotidianos de violência intrafamiliar, no entanto, também coletamos dados abertos. No primeiro quesito, perguntamos sobre a *caracterização do cotidiano familiar*, tendo obtido 08 respostas relativas ao fato de que existe uma boa comunicação interpessoal entre os familiares, 03 respostas atestam a existência de doenças em um dos membros da família que dificulta a comunicação intrafamiliar, enquanto 10 respostas apontam para o fato de que a existência de dificuldades financeiras interfere no ambiente familiar, além de 05 respostas apontarem para dificuldades na comunicação com os demais membros da comunidade como fator que interfere no cotidiano familiar.

Nesse mesmo item, existiram respostas importantes em relação à escassez de empregos na localidade, venda de bebidas alcoólicas para menores, alcoolismo do companheiro que gera brigas familiares, violência, falta de qualificação dos professores, falta de melhorias nas áreas da saúde, da educação e venda de drogas para jovens.

Ao serem indagadas sobre se existe alguma *dificuldade no relacionamento familiar*, 12 respostas apontam que sim, enquanto 07 dizem que não. A extensão da pergunta pedia para as mulheres

descreverem como ocorre esta dificuldade, tendo havido 03 respostas de que se trata de uma dificuldade entre a mãe (ou madrasta) e os filhos, 01 resposta entre o pai (ou padrasto) e 05 respostas afirmou que há dificuldades na relação conjugal, afetando diretamente a dinâmica familiar.

Há uma inter-relação importante demonstrada nesse quesito que diz respeito às ideias de Scodelário (2002, p.97) sobre a dinâmica da família vitimizada pela violência e sua disfuncionalidade no âmbito da comunicação, embora haja quase sempre um *pacto de silêncio* que contribui para a perpetuação do sofrimento, especialmente dos filhos.

A terceira pergunta objetivava compreender *o que é violência para as mulheres*. Desta pergunta, 09 afirma que a violência está relacionada com a agressividade, 01 resposta afirma que a mesma se configura ao estarmos chateados com alguma pessoa, e 01 resposta afirma que a violência existe quando brigamos com alguém, havendo ainda 05 respostas que afirmam que é não ter acesso aos direitos humanos, tendo sido verificado 05 respostas para àquelas que acreditam que a violência é não ter respeito aos direitos do outro.

As perguntas seguintes foram relacionadas ao *tipo de agressão* que ocorre no ambiente familiar, assim como realiza uma sondagem sobre dados do agressor e os *motivos alegados para agressão*, finalizando com questionamentos sobre o ambiente familiar após as situações de agressão, havendo um índice bastante elevado de perguntas sem respostas ou recusa das mulheres em respondê-las.

Aqui, o que verificamos é a negação da violência quando a mesma aparece na esfera doméstica, quer dizer, até o momento em que a coleta de dados está voltada para opiniões genéricas sobre o tema, as mulheres expressam um tipo de opinião diante da situação descrita, a partir do momento que voltamos estas representações para a própria família a mesma parece redefinir suas ideias, quase sempre amenizando ou descaracterizando as situações de agressão.

Diante destas respostas e da articulação com a política da ação social relativa às ações do CREAS, verificamos que a iniciativa de compreender, através de uma pesquisa, o modo como às mulheres vítimas de violência reinterpretem seu cotidiano familiar traz inquietações do ponto de vista da necessidade de readequação das metodologias utilizadas para assistência a essas famílias.

A primeira grande mudança diz respeito ao fato de que ao tornar pública a violência, especialmente física e na área da sexualidade, o CREAS contribui mesmo indiretamente para um estreitamento dos vínculos familiares que gera na família (ou somente em alguns dos seus membros) a necessidade de esconder as situações de vitimização numa tentativa de resolvê-las no âmbito doméstico, com mínimo envolvimento das instituições locais.

Outro aspecto a ser mencionado é a necessidade de o CREAS estar acompanhando as famílias não somente durante a caracterização dos tipos de violência, mas, sobretudo nos aspectos preventivos, evitando assim a estigmatização desnecessária do serviço que às vezes leva à desistência das famílias em prosseguir no acompanhamento oferecido.

Finalizamos lembrando que as considerações realizadas neste trabalho de pesquisa se referem à realidade da comunidade de Pedras Brancas, zona rural de Banabuiu, que por sua vez irá nortear a inserção comunitária da equipe de psicologia em outras comunidades. Porém, em cada lugar e para cada grupo de pessoas existem singularidades que devem ser consideradas para que, a partir, daí possamos tornar mais eficaz nossas ações.

5 CONCLUSÃO

Com os resultados obtidos no estudo, acreditamos ter alcançado os objetivos iniciais de apontar as inter-relações existentes na violência de gênero sob a perspectiva das mulheres vítimas de violência física no contexto familiar. Porém, o que se verifica na comunidade de Pedras Brancas é a fragilidade da percepção das mulheres em compreender a teia de sentidos na qual se encontram expostas nas suas inquietações cotidianas.

Ainda há muitas reservas e temeridades que fazem parte do medo que as mulheres possuem de assumir publicamente suas formas de sofrimento intrafamiliar. Isto foi bastante evidenciado durante as entrevistas, havendo também determinadas recusas no compartilhar destas informações. Nesse caso, o vínculo com a equipe de psicologia social foi fundamental para que o trabalho de pesquisa fosse possível.

Para a formação universitária na área da psicologia social, este trabalho possui uma riqueza imensurável desde o ponto de vista da necessidade de um estudo científico sério da realidade comunitária. A continuidade das ações extensionistas será baseada nestes dados que, ao serem apresentados para as mulheres da comunidade, servirão como ponto de partida para a formação de grupos de reflexão e ação. Além disto, acreditamos na replicabilidade do mesmo em outras comunidades, incentivando e aprimorando o saber científico aplicado ao desenvolvimento da Região do Sertão Central do Ceará.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M. & PITANGUY, J. **O que é feminismo**. 8. ed., Coleção primeiros passo; 44. São Paulo: Brasiliense, 2003.

AMARAL, C. **Família às avessas: gênero nas relações familiares dos adolescentes**. Fortaleza: EDUFC, 2001.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro de Referência Especializado da Assistência Social**. Guia de Orientação n.º 01 (1ª versão), Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

Fichas de Viagem da equipe de Banabuiu. Faculdade Católica Rainha do Sertão: Núcleo de Extensão e Pesquisa em Psicologia Comunitária, 2006/2007 (Mimeo).

GEBARA, I. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GÓIS, C. W. L. **Noções de Psicologia Comunitária**. 2. ed., Fortaleza: Editora Viver, 1991.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

RICHARDSON, R. J. et al. **Psicologia Social: métodos e técnicas**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

SARTI, C. A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Revista Estudos Feministas [on-line] 2004, vol. 12, nº. 02 [citado 2006-12-24] pp. 35-50. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003&Ing=en&nrm=iso&tIng=PT. Acesso em: 21 de Abril de 2008.

SCODELÁRIO, A. S. **A família abusiva**. In: DALKA, C. A. F. & VECINA, T. C. C. O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Agora, 2002.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, CE-RN. **Relatório final da pesquisa sobre abuso sexual de crianças e adolescentes no estado do Ceará**. 2004.

SOBRE OS AUTORES

Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira) em Redenção - Ceará.

Aline Domício

Psicóloga doutora em psicologia social pela Universidade do Minho, Portugal. Docente, supervisora de estágio em psicologia comunitária e coordenadora do NEPUC/FCRS. Coordenadora do Núcleo Sertão Central da ABRAPSO e coautora do livro: "Recortes e Vivências em Psicologia Comunitária" (2011).

Conceição Nogueira

Psicóloga doutora em Psicologia Social é autora de vários livros destacando-se "Um Novo Olhar Sobre as Relações sociais de gênero" e coautora com João Oliveira do livro "A diversidade sexual em Portugal: discriminações, direitos e cidadania de pessoas lésbicas, gay, bissexuais e transgênero". Tem publicações em revistas (nacionais e internacionais) capítulos de livros e atas de Congressos sobre a temática dos "Estudos de Gênero e Feminismo", para além de experiência de coordenação de projetos de investigação no domínio. É docente da escola de psicologia da Universidade do Minho, em Portugal.

Juliana Fernandes

Psicóloga mestranda em psicologia - UNIFOR, docente da FCRS possui formação em Fenomenologia, Gestalt e ACP. Atua na clínica Phoenix, Fortaleza, e Secretaria Municipal de Saúde, Quixadá. Profissional colaboradora do NEPUC, onde atua como coordenadora do Grupo de Estudos em Política e Relações de Gênero (GEPOS). Sendo Secretária atual do Núcleo Sertão Central da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Lielton Maia

Psicólogo contratado dos municípios de Piquet Carneiro (Núcleo de Atenção à Saúde da Família) e Lavras da Mangabeira (Centro de Referência da Assistência Social). Profissional colaborador para a publicação do livro: "Recortes e Vivências em Psicologia Comunitária" (2011).

Patrícia Capiotto

Graduada em psicologia atuando no CAPS Ad de Iguatu. Cursando especialização em saúde mental. Professora da Faculdade Kurios (FAK) e Centro Integrado de Educação Profissional (CIEP) em Iguatu - Ceará.

Paulo Roberto de Castro

Graduado em psicologia e servidor público do Ministério Público do Ceará. Atualmente cursando a especialização em Gestão Governamental na UNILAB (Universidade da